



# SAÚDE DO AGENTE PENITENCIÁRIO EM PAUTA

**É POSSÍVEL PENSAR NUM SISTEMA PENITENCIÁRIO EFICIENTE  
SEM DAR ATENÇÃO AOS TRABALHADORES QUE ATUAM NELE?**

**A**creditamos que não! Por isso, o SINDARSPEN tem atuado forte na necessidade de atenção à saúde dos agentes penitenciários. A 1ª Semana de Saúde do Trabalhador do Sistema Penitenciário aconteceu simultaneamente em todo o estado, lançando um novo olhar da Secretaria de

Saúde sobre os agentes. O SINDARSPEN lançou também a publicação **Operários do Cárcere**, com uma pesquisa inédita que revela o alto nível de adoecimento desses trabalhadores. Os dois eventos tiveram foco também na necessidade de aposentadoria especial da categoria.



**SAÚDE.** Semana de Saúde atendeu agentes em 9 cidades



**PUBLICAÇÃO.** Lançamento Operários do Cárcere

## SAÚDE

PARANÁ TEM 1ª SEMANA DE  
SAÚDE DO TRABALHADOR  
PENITENCIÁRIO

## DATA BASE

GOVERNO DO ESTADO  
APROVA CALOTE AOS  
SERVIDORES

## AÇÕES

NEGOCIAÇÕES COM PGE  
SEGUEM E SINDICATO  
CONSULTA CATEGORIA

## SUPERLOTAÇÃO

SINDARSPEN ACIONA A  
JUSTIÇA PARA IMPEDIR  
SUPERLOTAÇÃO DA PEC

## [M] EDITORIAL

## CAROS COLEGAS,

Com a chegada de mais um final de ano, é hora de refletir para que possamos melhor planejar o ano que se inicia. 2016 foi bastante conturbado no cenário político brasileiro, o que nos atingiu diretamente.

Os projetos que hoje pautam a agenda da política nacional têm nos servidores públicos seu alvo principal, como se fossem esses trabalhadores os culpados pela crise financeira pela qual passa o país. Sem estarem abertos ao debate, esses projetos atacam direitos fundamentais já consagrados do servidor público.

No Paraná, o governo acena na mesma direção ao subtrair dos servidores direitos básicos, como a data-base, afetando a nossa qualidade de vida, seja por ação, omissão ou sob a justificativa tola e sem sentido de buscar solução para os problemas das contas públicas que a própria gestão causou. E, apesar de nossa brava resistência, o governo aprovou o calote.

A bandeira da aposentadoria especial foi colocada em evidência em 2016 pelo SINDARSPEN. A desculpa da falta de dinheiro para o atendimento dessa reivindicação já não cola mais. A regulamentação da aposentadoria especial é uma questão de justiça com quem adoece precocemente no trabalho dentro dos presídios. A publicação *Operários do cárcere* tem mostrado para profissionais e sociedade em geral o

diagnóstico sobre a saúde e as condições de trabalho nas unidades penais do estado, ratificando a necessidade urgente de atenção à saúde ocupacional da nossa categoria

O direito ao desenvolvimento na carreira, negado pelo governo do estado, tem sido alvo de estratégias jurídicas do sindicato para assegurar as promoções e progressões funcionais. E já há frutos sendo colhidos dessa estratégia.

Nós, agentes penitenciários, temos resistido com bravura a tudo isso. Sob a convocação do sindicato, a categoria foi para a rua em defesa da data-base; da aposentadoria especial; e por melhores condições de trabalho, saúde e segurança dentro dos presídios. Unidos, demos ao governo o recado de que é preciso que sejam atendidas nossas reivindicações. O comprometimento da categoria com a luta organizada pelo sindicato ajuda a avançar e preparar o ambiente para uma maior possibilidade de conquistas.

Que em 2017 sigamos ainda mais unidos e capazes de nos mobilizarmos para avançar no que ainda não foi possível.

**A UNIÃO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS EM TORNO DA SUA PAUTA DE LUTA É IMPRESCINDÍVEL PARA O SUCESSO DAS VITÓRIAS FUTURAS.**

**PETRUSKA SVIERCOSKI**

**PRESIDENTE DO SINDARSPEN**

# AGENTES PENITENCIÁRIOS GANHAM AÇÃO COM FOCO NA SAÚDE

Mais de mil agentes foram atendidos em todo o Paraná na 1ª Semana de Saúde do Trabalhador do Sistema Penitenciário. Nos dias 8, 9 e 10 de novembro, as nove cidades onde existem unidades penitenciárias no estado receberam o evento. A iniciativa foi do SINDARSPEN e abraçada pela Secretaria Estadual Saúde (SESA) e pelo Departamento Penitenciário do Paraná, além das Secretarias Municipais de Saúde das cidades onde o evento aconteceu. A ideia foi chamar atenção do governo do estado para a necessidade de uma política de saúde laboral para os agentes.

Foram abordados temas como promoção de saúde mental, hipertensão, tuberculose, saúde sexual e reprodutiva, imunização, tabagismo, álcool e outras drogas. Em algumas cidades, outros atendimentos foram agregados, como em Guarapuava, que teve atendimento bucal, e em Foz de Iguaçu, que teve massagem relaxante nos agentes.



**A IDEIA FOI CHAMAR ATENÇÃO**

**DO ESTADO PARA A NECESSIDADE**

**DE UMA POLÍTICA DE SAÚDE**

**LABORAL PARA OS AGENTES**

## EXPEDIENTE

**13 DE NOVEMBRO É UM BOLETIM INFORMATIVO DO SINDICATO DOS AGENTES PENITENCIÁRIOS DO PARANÁ (SINDARSPEN) | DEZEMBRO 2016 A FEVEREIRO 2017**

Jornalista responsável: Waleiska Fernandes (Mtb 34.862-SP)

Redação e edição: Waleiska Fernandes

Revisão: José Roberto Neves

Fotos: Joka Madruga, Waleiska Fernandes e Wilson Domaneschi

Diagramação e arte final: Mubi Comunicação (www.mubionline.com.br)

SINDARSPEN: Avenida Marechal Deodoro, 666, sobreloja, sala 2

Curitiba-PR / CEP 80010-010 / Telefone 0800-6451311

**DIRETORIA**

Presidente: Petruska Sviercoski; Vice-presidente: José Roberto Neves; Diretora Executiva: Vanderleia Leite; Diretor Financeiro: Adilson de Moura; Diretor Financeiro Adjunto: Rodrigo Fontoura; Diretor Jurídico: Ricardo Miranda; Diretor Jurídico Adjunto: Wilson Domaneschi Junior; Diretor Social: Valdecir Santana; Diretor Social Adjunto: Marcos Cesar de Almeida; Diretor de Esportes: Rodrigo Remes; Diretor de Esportes Adjunto: Valmi Rozendo; Diretora para Assuntos dos Aposentados e Pensionistas: Dejanira de Fátima; Diretor para Assuntos dos Aposentados e Pensionistas Adjunto: Paulo Afonso Cordova; Diretora para Assuntos da Mulher: Cintia Regina Patrui; Diretora para Assuntos da Mulher Adjunta: Tania de Fátima; Diretor de Formação Sindical: Clayton Auwerter; Diretor de Formação Sindical Adjunto: Lucas Savaaris; Diretor de Saúde e Segurança do Trabalho: Marco Menegildo; Diretor de Saúde e Segurança do Trabalho Adjunto: Leandro Coutinho; Diretor de Cultura e Eventos: Jonas Beskow; Diretor de Cultura e Eventos Adjunto: Luís Fabiano Ramos; Conselho Fiscal: Luiz Carlos De Lima, Douglas Galdini e Marcelo Augusto Martins (titulares); e Ulisses Lucas Filho, Edson Jankovski e Edevaldo Ramos (suplentes)

O DEPEN cedeu os espaços, a SESA e as Secretarias Municipais forneceram as equipes técnicas e o SINDARSPEN foi responsável pelo material de divulgação e toda a estrutura logística nas nove cidades.

categoria. “Achei muito interessante porque tem muita coisa que a gente não sente, mas apresenta o problema de saúde. Aqui fiz exames e tudo”, declarou a agente Juliana Sales, da Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu I.

Estadual de Saúde do Trabalhador, que prontamente acolheu a nossa sugestão e já envolveu vários outros setores da Secretaria de Saúde, além do próprio DEPEN. É importante que esteja havendo essa compreensão por parte do governo de que é preciso dar atenção

à saúde ocupacional da nossa categoria, tão sofrida nos ambientes de trabalho”, relata o vice-presidente do SINDARSPEN, José Roberto Neves.

A Semana de Saúde do Trabalhador do Sistema Penitenciário deve entrar no calendário de eventos do CEST/SESA.

A ação foi muito bem recebida pela

“Levamos a ideia ao CEST, o Centro

# 1ª Semana de Saúde do Trabalhador do Sistema Penitenciário



**Resultado positivo** [👍]

“ACHEI MUITO INTERESSANTE PORQUE TEM MUITA COISA QUE A GENTE NÃO SENTE, MAS APRESENTA O PROBLEMA DE SAÚDE. AQUI FIZ EXAMES E TUDO”

[ JULIANA SALES • AGENTE DA PEF I ]



# OS AGENTES PENITENCIÁRIOS PRECISAM SER ENXERGADOS PELA SOCIEDADE

NO LANÇAMENTO DA PUBLICAÇÃO OPERÁRIOS DO CÁRCERE, AUTORIDADES, ESPECIALISTAS E TRABALHADORES DO SISTEMA DEBATERAM A SITUAÇÃO DOS AGENTES NO PARANÁ

O Estado precisa ter um olhar mais atento aos profissionais que trabalham no sistema penitenciário. Essa foi a conclusão do debate durante o lançamento da publicação *“Operários do cárcere: diagnóstico sobre a saúde e as condições de trabalho dos agentes penitenciários no Paraná”*, realizado em 10/11, em Curitiba, pelo SINDARSPEN.

A publicação é resultado de pesquisa realizada pelo Sindicato com mais de 900 agentes em todo estado. O psicólogo Rubem Mariano, responsável técnico pelo trabalho, apresentou no evento alguns dos dados mais alarmantes do estudo, como o fato de 46% dos agentes penitenciários terem alguma enfermidade diagnosticada; e 48% fazerem uso regular de medicamentos, dos quais 82% para tratamento de origem psicossocial.

O psicólogo também destacou a falta de autonomia e de oportunidades reclamada pelos agentes e que são responsáveis por parte do sofrimento psíquico vivido por esses servidores. 58% dos agentes consideram insatisfatória a autonomia para tomar decisões no trabalho; 72% estão insatisfeitos ou muito insatisfeitos com as oportunidades de crescimento; e apenas 1,5% estão satisfeitos com a capacitação oferecida pelo estado. “Essa avaliação dos agentes se choca diretamente com a formação deles. Mais de 70% possuem curso superior, sendo que 16% deles têm especialização, mestrado ou doutorado”, expôs Mariano.



## INVISIBILIDADE

Apesar da gravidade, a situação dos agentes penitenciários ainda está longe de se tornar uma pauta que receba atenção da opinião pública. O tema é pouco debatido pela sociedade e quase nunca desperta o interesse da imprensa, que costuma se lembrar desses profissionais

apenas em situações de rebelião ou assassinato. Na avaliação da pesquisadora do Centro de Estudos em Segurança Pública e Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná, Samara Feitosa, que participou do debate, os agentes fazem parte do mesmo processo de segregação social pelo qual passam os presos. “A sociedade não quer saber o que acontece dentro de um presídio.

## Quebra de paradigmas [ ]

“A SOCIEDADE NÃO QUER SABER O QUE ACONTECE DENTRO DE UM PRESÍDIO. E SE QUER ESQUECER O PRESO, NÃO VAI QUERER SABER O QUE ACONTECE COM OS TRABALHADORES DE UM PRESÍDIO. É ESSA MENTALIDADE QUE PRECISA MUDAR”

[ SAMARA FEITOSA • CESPDH/UFRP ]

“E se quer esquecer o preso, não vai querer saber o que acontece com os trabalhadores de um presídio. É essa mentalidade que precisa mudar”, afirmou a socióloga.

Para o presidente do Conselho Penitenciário do Paraná (COPEN), Dálio Zeppin, a publicação *“Operários do Cárcere”* ajuda a despertar nos militantes dos direitos humanos a necessidade de atenção aos trabalhadores do sistema.



**“EM ANOS DE TRABALHO COM DIREITOS HUMANOS, POUCO OU QUASE NADA DEMOS DE ATENÇÃO PARA OS AGENTES. ESSE TRABALHO AQUI É DE EXTREMA IMPORTÂNCIA PORQUE MOSTRA UM LADO DO SISTEMA QUE É INVISÍVEL E QUE PRECISA DA NOSSA ATENÇÃO”**

[ DÁLIO ZEPPIN - PRESIDENTE DO CONSELHO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ ]

## DIÁLOGO

O promotor do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Proteção aos Direitos Humanos do Ministério Público do Paraná (COPJDH-MP), Régis Sartori, defendeu a necessidade de ampliar o diálogo entre a categoria e as esferas administrativas do estado que possam resolver a situação exposta na publicação e colocou o MP-PR à disposição para tratar dessa demanda. “A nossa Promotoria está totalmente disposta a levar essa demanda ao governo e a todas as esferas administrativas possíveis para que tenhamos uma solução por meio do diálogo. Judicializar essa questão seria uma última opção”, enfatizou.

O diretor do Centro Estadual de Saúde do Trabalhador (CEST), Lúcio Costa, destacou que a publicação do SINDARSPEN

dá uma dimensão científica ao problema vivido pelos agentes no estado, possibilitando que ações do governo sejam tomadas com base no estudo. “O esforço coletivo, a dimensão científica e o diálogo que estamos abrindo é o que fará com que avancemos para mudar

esse quadro apresentado”, declarou.

O assessor de planejamento do DEPEN-PR, Luís Muller, disse durante o evento que os dados apresentados na pesquisa serão analisados pelo órgão na tentativa de implantação de políticas que alterem a realidade

vivida pelos agentes no estado. Muller representou o DEPEN-PR no debate.

Após o lançamento da publicação, foi exibido o documentário “E o amanhã?”, da produtora Janeide Silveira, também abordando os problemas de saúde dos agentes no estado.



## APOSENTADORIA ESPECIAL

### É UMA NECESSIDADE URGENTE

A publicação tem o objetivo de oferecer subsídios técnicos para a luta pela implantação de um programa voltado para a saúde ocupacional dos agentes e da aposentadoria especial. “É preciso garantir ao agente penitenciário uma aposentadoria especial proporcional aos riscos de adoecimento por conta do trabalho no cárcere”, declarou o vice-presidente do SINDARSPEN, José Roberto Neves, que coordenou a pesquisa.

Para a presidente da entidade, Petruska Sviercoski, o problema vem desde a formação dos agentes. “No curso de formação já aprendemos que somos os responsáveis pela nossa saúde e pelo processo de prisionização que se vive na profissão. A formação que o Estado nos dá tenta nos convencer de que ele não tem responsabilidade alguma sobre o que vamos passar, como se a culpa por nossas doenças e ameaças fossem todas nossas. Isso está errado”.



**A PUBLICAÇÃO OPERÁRIOS DO CÁRCERE ESTÁ DISPONÍVEL PARA DOWNLOAD NO SITE DO SINDARSPEN**

**WWW.SINDARSPEN.ORG.BR**

# SINDICATO RECORRE À JUSTIÇA PARA BARRAR TRANSFERÊNCIAS DE PRESOS PARA A PEC ANTES DA CONCLUSÃO DAS OBRAS

O SINDARSPEN entrou na justiça para tentar barrar a continuidade das transferências de presos da 15ª Delegacia de Polícia para a Penitenciária Estadual de Cascavel antes que as obras da unidade sejam concluídas.

Em maio, a Comissão designada pelo governo do estado para acompanhar o andamento das obras na PEC adiou de junho para agosto o prazo para entrega da unidade reformada. A data não foi cumprida e, ainda assim, em novembro começaram as transferências de presos para a Penitenciária.

O objetivo do governo é desativar a 15ª DP, onde se encontravam, em novembro, 800 encarcerados. Sem a conclusão das obras, a PEC só tem capacidade para 300 detentos. Na segunda quinzena de novembro, por causa do início das transferências, esse número já chegava a 380.

Em 2014, a PEC teve 70% de sua estrutura destruída em uma das maiores rebeliões já ocorridas no Paraná. Na ocasião, dois agentes penitenciários foram feitos reféns e cinco detentos foram mortos pelos amotinados.



SEM A CONCLUSÃO DAS OBRAS, A PEC SÓ TEM CAPACIDADE PARA **300 DETENTOS**. NA SEGUNDA QUINZENA DE NOVEMBRO, POR CAUSA DO INÍCIO DAS TRANSFERÊNCIAS, JÁ **ESTAVA COM 380**.

## INSEGURANÇA E FALTA DE EFETIVO

A segurança na unidade é uma das maiores preocupações do Sindicato. A maioria dos operários que reformam a PEC é de presos da Penitenciária Industrial de Cascavel (PIC), que estão no regime semiaberto. Com a transferência ocorrendo no meio das obras não é possível garantir a falta de contato entre os detentos.

Há ainda a falta de agentes. Atualmente, o efetivo da PEC é de cerca de 20 agentes por plantão, reduzindo pela metade no período noturno. "A equipe já trabalha no limite. A situação vai ficar muito pior com a chegada de mais 800 presos sem que haja condições estruturais e mais profissionais para atender essa demanda", alerta Vanderleia Leite, diretora do SINDARSPEN.

Sem a conclusão das obras nem mesmo o Setor de Operações Especiais (SOE), que em junho formou 25 agentes para atuar na cidade, pode trabalhar porque não há lugar para receber o efetivo especial.

## SINDARSPEN PEDE QUE SESP, JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO VERIFIQUEM DENÚNCIAS NA CPLN E NO CRESF

As irregularidades que vêm acontecendo na Cadeia Pública Laudemir Neves (CPLN) e no Centro de Reintegração Social Feminino (CRESF), localizados em Foz do Iguaçu, motivaram o SINDARSPEN a solicitar averiguações por parte da Secretaria de Segurança Pública, da Vara de Execução Penal da cidade, do Ministério Público e do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário do TJPR. O Sindicato pediu que sejam apuradas denúncias feitas por trabalhadores do sistema sobre a precariedade de funcionamento dessas unidades.

No CRESF, unidade improvisada para abrigar mulheres condenadas, não tem havido respeito às necessidades específicas de gênero, conforme determina a Lei de Execução Penal.

A unidade está dentro de uma área destinada a presos masculinos, ferindo princípios básicos de segurança das detentas e das trabalhadoras. Além disso, a chefia da unidade é composta por servidores do sexo masculino, dificultando a garantia da intimidade das mulheres no local. "O Centro de Reintegração Social Feminino não oferece a menor possibilidade de ressocializar ninguém. A unidade funciona num local completamente inadequado, sem a estrutura específica necessária", relata Lucas Savaris, diretor do SINDARSPEN.

Pela condição de improvisado, o CRESF também apresenta uma série de problemas de segurança, como má iluminação e altura do muro. "Tem aumentado os casos de invasões de estranhos na uni-

dade por causa da falta de segurança. Numa dessas, uma agente feminina que esteja em serviço tem a vida ameaçada, correndo o risco de acontecer uma tragédia, como a que ocorreu em Guarapuava, com a morte de Marcelo Pinheiro, assassinado em serviço", relata o dirigente.

Na Cadeia Pública Laudemir Neves, o maior problema está na falta de segurança, expondo os trabalhadores e elevando o risco de fugas e de acesso de ilícitos na unidade. A altura do muro, abaixo do recomendável, é um dos problemas citados.

A situação já é de conhecimento do DEPEN-PR. O SINDARSPEN precisou recorrer a outras instâncias diante da falta de solução. Junto aos órgãos, o Sindicato encaminhou aos órgãos fotos e vídeos que comprovam as denúncias.

# COM VÁRIAS MANOBRAS JURÍDICAS, GOVERNO DO PARANÁ APROVA CALOTE NOS SERVIDORES

MEDIDA SERÁ CONTESTADA NO STF PELO

SINDARSPEN E OUTROS SINDICATOS

Apesar de toda a mobilização dos trabalhadores, o governo do estado – que comanda ampla maioria dos deputados estaduais – conseguiu aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com a suspensão do reajuste dos servidores para 2017.

Desde que o governo apresentou a proposta de calote, no início do outubro, o Fórum de Entidades Sindicais (FES), composto por 22 sindicatos, entre os quais o SINDARSPEN, fez inúmeros protestos e investidas junto aos parlamentares para evitar que os mesmos apoiassem o golpe de Beto Richa. No dia 22/11, vários agentes penitenciários lotaram as galerias da Assembleia Legislativa, unindo forças a outras categorias de servidores.

Uma liminar da justiça chegou a suspender a tramitação da emenda que autorizava o calote, mas a medida foi derubada em seguida pelo presidente do TJPR, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos. Os deputados que estavam ao lado dos trabalhadores chegaram a apresentar outra emenda à LDO, contrária à proposta pelo governo, mas a medida não foi aprovada pela maioria da Casa.

Mesmo com todo o clamor popular apenas 18 dos 54 deputados se sensibilizaram com a causa dos trabalhadores. Com a vitória de Beto Richa na ALEP, os servidores públicos do estado ficam com a data-base de 2017 suspensa por tempo indeterminado. A aprovação também quebra o acordo do governo com os trabalhadores, fechado durante a greve de 2015.

O SINDARSPEN vai se unir a outros sindicatos para entrar com uma ação direta



**VOTAÇÃO.** Agentes acompanham votação na ALEP

de inconstitucionalidade (Adin) no Superior Tribunal Federal para questionar o golpe do governo do Paraná. “Não vamos aceitar esse calote passivamente. Vamos recorrer ao Supremo pelo direito adquirido da data-base e pela irredutibilidade dos salários, já que não vamos ter reposição, nossos salários perderão o poder de compra”, explicou Petruska Sviercoski.

**GOVERNO MENTIU**

**QUANDO ALEGOU**

**NÃO TER RECURSOS**

Em 17/11, o FES entregou para o presidente da ALEP, Ademar Traiano (PSDB), os cálculos que comprovavam a capacidade financeira do governo de honrar o pagamento da data-base e

também as dívidas com os servidores (promoção e progressão).

Os dirigentes sindicais reforçaram que as propostas estavam dentro do R\$ 1,4 bilhão apresentado anteriormente pelo próprio governo, já prevendo um não aumento na arrecadação do estado. Com base nesse orçamento, o FES apresentou dois cenários que atendiam aos critérios estabelecidos nas negociações, que, no entanto, foram ignorados pelo governo, mesmo com os servidores aceitando parcelamento do reajuste.

A primeira proposta do Fórum indicava o pagamento do reajuste parcelado da seguinte forma: 3% em janeiro, 2% em agosto e 1,85% em setembro. As progressões e promoções de 2015 seriam implantadas em janeiro de 2017 e as de 2016, em junho. Os atrasados seriam pagos em 24 vezes

## QUEBRA DE ACORDO

MESMO COM TODO O CLAMOR POPULAR APENAS 18 DOS 54 DEPUTADOS SE SENSIBILIZARAM COM A CAUSA DOS TRABALHADORES. COM A VITÓRIA DE BETO RICHNA NA ALEP, **OS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO FICAM COM A DATA-BASE DE 2017 SUSPensa POR TEMPO INDETERMINADO.** A APROVAÇÃO TAMBÉM QUEBRA O ACORDO DO GOVERNO COM OS TRABALHADORES, FECHADO DURANTE A GREVE DE 2015.

até o encerramento do mandato, em dezembro de 2018. Em janeiro de 2018, ocorreria a implantação do 1% de reajuste revisto pela Lei 18.493/2015. O total dessa proposta soma R\$ 1.430.447.146,29, ou seja, dentro da previsão orçamentária apresentada pelo próprio Executivo.

No segundo cenário proposto pelo FES, o reajuste seria de 3% em janeiro e 3,887% em setembro de 2017. As progressões e promoções, além dos atrasados, seguiriam a mesma linha da proposta anterior, implantadas em janeiro e julho e parceladas em 24 meses. Nesta hipótese, o valor total somaria R\$ 1.429.624.428,60.

Apesar dos cálculos detalhados, o governo Beto Richa seguiu alegando não ter dinheiro para honrar com os direitos os servidores.

# NEGOCIAÇÕES ENTRE PGE, SINDARSPEN E ADVOGADOS DA ENTIDADE SEGUEM PARA AGILIZAR EXECUÇÃO DE AÇÕES

SINDICATO CONSULTA

CATEGORIA SOBRE ACORDO

DA AÇÃO DOS 14,89%

O Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná, os advogados da entidade e a Procuradoria Geral do Estado (PGE) estão dando prosseguimento às negociações para agilizar o pagamento de execução de sentença de ações coletivas que já transitaram em julgado.

No momento, estão sendo negociadas as ações coletivas nº 515/2007, que trata da primeira promoção e progressão de 2003; nº 2493/2011, que trata da diferença do adicional da AAP não pago entre 2007 e 2009 (ação dos 14,89%), e a nº 1111/2011, que cobra os valores retroativos do quinquênio não calculados sobre a AAP.

No entanto, especificamente na ação de 14,89% tem havido divergência entre o valor reivindicado pela assessoria jurídica do Sindicato e o que o governo diz dever. Como o Tribunal de Justiça do Paraná tem se manifestado favorável ao valor apresentado pelo estado, os advogados do SINDARSPEN entendem que um acordo na proposta do governo é o caminho mais rápido e seguro para o recebimento dos valores da execução. Na avaliação do jurídico da entidade, as execuções individuais fora do acordo com a PGE podem demorar demasiadamente para o recebimento, sobretudo, por conta das últimas manifestações do TJPR.

De qualquer modo, para o SINDARSPEN, o aceite do acordo deve ser uma escolha de cada agente beneficiário da ação. Assim, foi elaborado um Termo de Anuência e Concordância que está sendo disponibilizando para a categoria. Nele, os servidores podem fazer a opção pelo acordo com a PGE, au-



torizando os advogados a darem andamento nas tratativas conciliatórias referentes à ação dos 14,89%.

“Embora os agentes tenham assinado procuração outorgando poderes para seus advogados, para nós, da direção do SINDARSPEN, é importante que ele possa manifestar objetivamente sua opção no acordo desta ação que apresenta divergência de valores”, explica a presidente da entidade Petruska Sviercoski. O Sindicato endossa a orientação dos advogados pelo acordo com o Estado.

**O Termo já foi enviado por e-mail para a categoria e está disponível também no site da entidade. Mais informações podem ser obtidas pelo 0800-645-1311.**

**AÇÃO DA PRIMEIRA**

**PROMOÇÃO E**

**PROGRESSÃO DE 2003**

A ação nº 515/2007 foi a primeira negociada entre o Sindicato e a PGE, com assinatura em 30/8. O pagamento do primeiro lote dessa negociação, envolvendo 127 agentes, está sendo feito diretamente na folha de pagamento. O segundo lote, com aproximadamente 400 agentes, deve ter acordo assinado nos próximos dias.

## PLENÁRIAS REGIONAIS SERÃO RETOMADAS EM JANEIRO

Durante o segundo semestre de 2016 o SINDARSPEN realizou uma série de plenárias regionais para debater diretamente com os agentes os pontos e encaminhamentos mais urgentes da categoria, como promoções e progressões, aposentadoria especial, ações judiciais, entre outros que surgiam de acordo com a cidade.

Porém, diante das mobilizações pela defesa da data-base, o calendário inicialmente planejado pelo Sindicato teve que ser alterado. Dessa forma, as cidades de Londrina, Maringá e Cruzeiro do Oeste, onde a atividade não chegou a acontecer, devem receber as plenárias em janeiro.

## SINDARSPEN ACIONA A JUSTIÇA PELA CONTRATAÇÃO DE APROVADOS EM CONCURSO

A falta de efetivo é um dos mais graves problemas enfrentados pelos agentes penitenciários no Paraná. No estado, o déficit chega a mais de 1600 profissionais.

Aumentar o quadro se faz urgente e por isso o SINDARSPEN tem pressionado o governo para que sejam chamados os aprovados no último concurso público, realizado em 2013 e válido até julho de 2017.

Paralelamente às vias administrativas, em junho de 2016, a entidade recorreu à justiça para impedir a contratação de agentes de cadeia via Processo Seletivo Simplificado (PSS) e, ao invés disso, chamar os concursados. “O governo faz PSS pra agente de cadeia, mas coloca essas pessoas pra atuarem nas unidades penitenciárias. Isso é inadmissível”, rebate a presidente do SINDARSPEN.

**Sob o número 0002144-15.2016.8.16.0179, a ação ainda aguarda decisão da 5ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba.**